



A REGIONALIZAÇÃO DO SUS E A RESIDÊNCIA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE, RS, 2025 ¹

Lana Caroline Palaver Dall'Ago², Fernando Henrique Alves³, Elson Romeu Farias⁴

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido na Escola de Saúde Pública da Secretaria Estadual da Saúde do RS

² Residente do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade da UNIJUI E -mail: lana.dallago@gmail.com

³ Residente do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade da UNISINOS E -mail: alveshfernando@edu.unisinovs.br

⁴ Supervisor do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade da ESP-SES/RS E -mail: elson-farias@saude.rs.gov.br

Introdução: A regionalização da saúde no Rio Grande do Sul (RS) visa descentralizar os serviços por meio das Redes de Atenção à Saúde (RAS), fortalecendo a integração regional entre municípios, através do Plano Regional Integrado (BRASIL, 2025). Segundo o decreto 7508/2011, uma região de saúde é formada por municípios próximos com características semelhantes, com o objetivo de planejar e executar serviços de saúde (BRASIL, 2011). No RS, há 7 macrorregiões e 497 municípios, sendo a macrorregião norte a com mais municípios e a metropolitana a mais populosa. A Medicina de Família e Comunidade (MFC) atua com foco no cuidado integral às pessoas e famílias. Os programas de residência médica de MFC (PRM-MFC) visam capacitar profissionais para atuar na Atenção Primária à Saúde (APS). A formação ocorre em diversos cenários e é dividida em dois anos, contemplando desde os princípios da atenção básica, cuidados clínicos, ações comunitárias e produção científica (ABMES, 2025). **Objetivos:** Descrever as características e distribuição da formação em Residência Médica em MFC no RS. **Metodologia:** Estudo transversal realizado na base de dados pública (<http://siscnrm.mec.gov.br/certificados>) no sistema de informação da Comissão Nacional de Residência Médica, nos editais públicos de seleção para residência médica do ano de 2024 (amrigs.org.br, fundmed.org.br, gov.br/ebserh e unijui.br). Foram obtidos os dados populacionais e da regionalização do SUS no RS na página do ministério da saúde (datasus.saude.gov.br) e secretaria estadual da saúde do RS (saude.rs.gov.br). Foi criado um banco de dados específico em planilha eletrônica e realizada análise estatística descritiva das variáveis selecionadas (instituições ofertantes, municípios, coordenadorias regionais de saúde, região e macrorregião de saúde). **Resultados:** Os PRM-MFC foram ofertados em 20 municípios do estado (Campo Bom, Canoas, Erechim, Farroupilha, Gravataí, Ijuí, Lajeado, Nova Petropolis, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Pontão, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, São Leopoldo e Sapucaia do Sul) com disponibilização de 1 a 18 vagas por município. Sendo 21



instituições ofertantes: 2 secretarias municipais de saúde, 1 hospital do ministério da saúde, a secretaria estadual da saúde, 14 universidades (5 universidades federais e 6 universidades privadas), 2 hospitais privados e 1 hospital do ministério da defesa. As 7 macrorregiões de saúde contaram com vagas para residência, com a seguinte distribuição das vagas (e o percentual da população moradora): 8,3% na Centro-oeste (população 9,2%), 46,6% na Metropolitana (população 43,3%), 7,5% na Missioneira (população 7,9%), 7,5% na Norte (população 11,4%), 3,0% Serra (população 11,4%), 22,6% na Sul (população 9,2 %) e 4,5% na Vales (população 8,1 %). Quanto à oferta por região de saúde e distribuição das vagas por 100.000 habitantes foi, respectivamente, nas 13 das 30 regiões: Região 01 - Verdes Campos 2,52, Região 07 - Vale dos Sinos 0,90, Região 08 - Vale do Caí e Metropolitana 1,58, Região 10 - Capital e Vale do Gravataí 2,00, Região 13 - Diversidade 1,75, Região 14 - Fronteira Noroeste 2,60, Região 16 - Alto Uruguai Gaúcho 0,86, Região 17 - Planalto 1,44, Região 20 - Rota da Produção 1,25, Região 21 - Sul 3,67, Região 23 - Caxias e Hortênsias 0,34, Região 26 - Uva Vale 1,08 e Região 28 - Vinte e Oito 1,47. Os programas estão sendo ofertados em 11 das 18 coordenadorias regionais de saúde (CRS) da SES/RS, 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 11ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª e 17ª. **Conclusões:** Os PRM-MFC estão presentes nas 7 macrorregiões de saúde do RS, mas sua distribuição é desigual entre macrorregiões, regiões de saúde e CRS. A gestão desses programas é predominantemente realizada por universidades. **Palavras-chave:** Medicina de Família e Comunidade; Internato e Residência; Serviços e Recursos Humanos em Instituições de Saúde; Regionalização da Saúde; **Agradecimentos:** Escola de Saúde Pública da SES/RS. **Referências:** ABMES. *Resolução CNRM nº 1*. Regulamenta os requisitos mínimos dos programas de residência médica e estabelece outras diretrizes. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1713/resolucaocnrm1#:~:text=Regulamenta%20os%20requisitos%20m%C3%ADnimos%20dos,%C3%A9%20revogada%20por%20nenhum%20Legisla%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 abr. 2025. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Acesso em: 8 abr. 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Regionalização. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/se/dgip/regionalizacao>. Acesso em: 8 abr. 2025. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Regionalização em Saúde. Porto Alegre: SES/RS, [s.d.]. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/ageplan-regionalizacao>. Acesso em: 8 abr. 2025.